

NÚCLEO DE APROVISIONAMENTO

Convite

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE CARGA AÉREA E MARÍTIMA

Ajuste Direto n.º 1SAD20250018

Nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua redação atual, adaptado à Região Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de Agosto, na sua redação atual, temos a honra de convidar V/ Exas. a apresentar os vossos melhores preços e demais condições de fornecimento no âmbito do presente procedimento. A presente contratação justifica-se na impossibilidade de satisfação da necessidade por via de **Recursos Próprios**.

1. Entidade adjudicante

A entidade pública contratante é o Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, EPERAM (SESARAM, EPERAM), com sede à Av. Luís de Camões, n.º 57, Edifício do Núcleo de Apoio ao Hospital Dr. Nélio Mendonça, freguesia de São Pedro, 9004-514 Funchal, com o telefone 291 705 610, o fax 291 742 545, o endereço eletrónico www.sesaram.pt/aprovisionamento e o correio eletrónico aprovisionamento@sesaram.pt relativo ao Núcleo de Aprovisionamento, responsável pelo presente procedimento.

2. Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada por deliberação de 5 de dezembro de 2024 do Conselho de Administração do Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, EPERAM, nomeado por Resolução do Conselho de Governo n.º 1073/2022, de 15 de novembro, nº 1112/2023, de 24 de outubro e nº 622/2024, de 14 de agosto, no uso das suas competências atribuídas por força dos Estatutos do SESARAM, EPERAM, aprovados pelo Decreto Legislativo Regional n.º 13/2019/M, de 22 de agosto, alterados pelo Decreto Legislativo Regional n.º 1-A/2020/M, de 31 de janeiro, nº 8/2020/M, de 13 de julho e nº 23/2023/M, de 28 de junho.

3. Delegação de competências

A entidade adjudicante delega no Júri competência para prestar os esclarecimentos, necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento.

4. Objeto

O presente procedimento é constituído por 2 lotes e tem por objeto a **prestação de serviços de transporte de carga aérea e marítima entre Portugal Continental e a Região Autónoma da Madeira e entre a Ilha da Madeira e a Ilha do Porto Santo, de acordo com as especificações constantes do caderno de encargos que aqui se dão por reproduzidas:**

→ **Lote 1:** Serviços de transporte de carga aérea entre Portugal continental e a Região Autónoma da Madeira e entre a Ilha da Madeira e a Ilha do Porto Santo;

→ **Lote 2:** Serviços de transporte de carga marítima entre Portugal Continental e a Madeira.

5. Fundamentação legal

A escolha do procedimento de ajuste direto, fundamenta-se no disposto na alínea d), do nº 1 do artigo 20º do CCP.

6. Preço base

O preço base é de **EUR 28.950,00** (vinte e oito mil novecentos e cinquenta euros) isento do imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor, dividido nos seguintes termos:

→ **Lote 1** – Preço total de **EUR 23.160,00** (vinte e três mil cento e sessenta euros);

→ **Lote 2** – Preço total de **EUR 5.790,00** (cinco mil setecentos e noventa euros).

7. Proposta

7.1. Na proposta o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.

7.2. O concorrente pode apresentar proposta para um ou mais lotes a concurso.

7.3. Junto com a proposta, o concorrente deve apresentar os seguintes elementos:

- a) Documento que comprove os poderes de representação do concorrente, por quem assina a proposta;
- b) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I M ao presente convite, do qual faz parte integrante.
- c) Documentos que contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar:

- I. Preço total em algarismos, e preferencialmente por extenso, mencionando que a este acresce o IVA, indicando o respetivo valor e a taxa legal aplicável, entendendo-se, na falta daquela menção, que o preço apresentado não inclui aquele imposto; No preço consideram-se incluídas todas as despesas inerentes ao transporte para as instalações do Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira;
 - II. Preço unitário, em algarismos, e preferencialmente por extenso, mencionando que a este acresce o IVA, indicando o respetivo valor e a taxa legal aplicável, entendendo-se, na falta daquela menção, que o preço apresentado não inclui aquele imposto, através do preenchimento dos **Anexos IV e V**, **sob pena de exclusão da proposta**.
 - III. Os preços a apresentar deverão incluir todas as taxas e seguros necessários e obrigatórios com exceção da taxa de IVA;
1. O concorrente deve indicar na sua proposta os seguintes elementos:
 - a) Indicação do número urgente de contacto telefónico e o intermediário escolhido;
 - b) Indicação expressa de que cumpre as obrigações definidas no ponto 8 do Caderno de Encargos;
 - c) Condições aplicáveis ao transporte de incubadoras, de acordo com o previsto no ponto 11 do Caderno de Encargos;
 - d) Condições aplicáveis ao transporte de mercadorias consideradas perigosas, de acordo com o previsto no ponto 12 do Caderno de Encargos;
 - e) Condições aplicáveis ao transporte de amostras de material biológico da Classe ONU 6.2 categoria A, de acordo com o previsto no ponto 13 do Caderno de Encargos;
 - f) Condições aplicáveis ao transporte de amostras de material biológico da classe 6.2 da categoria B e de material biológico isento de risco e/ou de risco mínimo, de acordo com o previsto no ponto 14 do Caderno de Encargos;
 - g) Condições aplicáveis ao transporte de amostras congeladas, de acordo com o previsto no ponto 15 do Caderno de Encargos.
 - 7.4 A proposta deverá referir se o contrato será diretamente operado pelo concorrente ou se, ao invés, o será por outra empresa que, por contrato com este, tem essa representação no território correspondente à Região Autónoma da Madeira;
 - 7.5 Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente considere relevantes para a apreciação da mesma.
 - 7.6 Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, sobre os indicados em algarismos.

- 7.7 A declaração referida na alínea b) do ponto 7.3, deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.
- 7.8 Todos os documentos que constituem a proposta devem ser redigidos em língua portuguesa, sem emendas ou rasuras, ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a sua prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

8. Proposta com variantes

- 8.1. Não é permitida a apresentação de propostas variantes.
- 8.2. Não é permitida a apresentação de propostas com alterações às cláusulas do caderno de encargos.

9. Prazo e modo de apresentação da proposta

- 9.1 As propostas e os documentos que as instruem devem ser diretamente apresentados, até **3º (terceiro)** dia após o envio deste convite, na plataforma eletrónica usada pelo Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, EPERAM, www.acinGov.pt, devendo ser respeitado o disposto no Código dos Contratos Públicos e na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

O computador utilizado pelos concorrentes deverá estar preparado com os requisitos mínimos disponíveis na plataforma eletrónica usada pelo Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, EPERAM, www.acinGov.pt, sob pena de exclusão da proposta por não observação das formalidades de apresentação das mesmas, nos termos do disposto na alínea I) do n.º 2 do artigo 146º do CCP.

- 9.2 Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no ponto anterior, deve ser encerrado em invólucro opaco e fechado:
- a) No rosto do qual se deve indicar a designação do procedimento e da entidade adjudicante;
 - b) Que deve ser entregue diretamente ou enviado por correio registado à entidade adjudicante, devendo, em qualquer caso, a respetiva receção ocorrer dentro do prazo fixado para a apresentação das propostas;
 - c) Cuja receção deve ser registada por referência à respetiva data e hora.
- 9.3 **A proposta e os documentos/ficheiros que lhes associarem devem ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, previamente ao seu carregamento na plataforma, nos termos dos artigos 54.º e 68º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto Lei n.º 12/2021, de 9 de fevereiro.**

ATENÇÃO: Os documentos que integram as pastas compactadas, têm de ser individualmente assinados, nos moldes atrás referidos.

10. Manutenção da proposta

O concorrente obriga-se a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 (sessenta e seis) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das mesmas, nos termos do disposto no artigo 65º do CCP.

11. Notificação da adjudicação/Documentos de Habilitação

11.1 O adjudicatário deve entregar no prazo de **5 (cinco) dias úteis** a contar da notificação de adjudicação:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do **Anexo II/M**, anexo ao presente convite e do qual faz parte integrante;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas **b), d), e) e h)** do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos; **(Registos criminais de todos os gestores/administradores; certidão da segurança social; certidão das finanças);**
- c) Documentos exigidos no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua redação atual **(Apenas para entidades com rendimentos gerados no território da RAM)**:
 - I. Última declaração de rendimentos modelo 3 ou modelo 22, este último acompanhado do Anexo C, caso o adjudicatário tenha exercido nesse período atividade na Região Autónoma da Madeira, bem como enquanto se mantiver em vigor o respetivo contrato;
 - II. Última declaração de rendimentos e retenções de residentes (modelo 10) e DMR;
 - III. Anexo Q da última informação empresarial simplificada (IES);
 - IV. Anexo R do IVA da última declaração periódica do IVA.
- d) **Os adjudicatários que considerem não preencher as condições legais relativas ao cumprimento das obrigações declarativas referidas na alínea precedente, devem apresentar declaração sob compromisso de honra (Anexo III – Modelo 3), subscrita por quem os obriga, referindo expressamente essa situação.**
- e) Cópia da Certidão do Registo Comercial e de procuração, caso o contrato seja assinado por procurador.
- f) **Declaração do RCBE ou, alternativamente, o código de consulta à certidão de beneficiário efectivo (RCBE), nos termos da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto e da Lei n.º 58/2020, de 31 de agosto.**

- 11.1** Para além das causas de caducidade da adjudicação previstas no n.º 1 do artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos, na Região Autónoma da Madeira, constitui igualmente causa de caducidade da adjudicação o incorreto ou inadequado preenchimento dos documentos relativos às obrigações fiscais declarativas a apresentar pelo adjudicatário nos termos do disposto no ponto III da alínea c) da presente cláusula.
- 11.2** Caso os documentos apresentados ao abrigo do ponto anterior contenham irregularidades que possam determinar a caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86º do Código dos Contratos Públicos, será concedido o prazo não superior a 3 (três) dias úteis para a supressão das mesmas.
- 11.3** Os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa e ser assinados pelas entidades que os emitem.
- 11.4** Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
- 11.5** Os documentos de habilitação devem ser apresentados através da plataforma eletrónica www.acinGov.pt, utilizada pelo Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, EPERAM.
- 11.6** O adjudicatário não tem de apresentar os documentos previstos na alínea b) do artigo 81.º do CCP se estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado.

12. Caução

No presente procedimento não haverá lugar a prestação de caução.

13. Anexos

Os anexos I/M e II/M encontram-se ao dispor para download, na plataforma electrónica eletrónica www.acinGov.pt, utilizada pelo Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, EPERAM.

14. Legislação aplicável

A todos os elementos omissos, aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos.

ANEXO I – M
Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º -A, conforme aplicável do Código dos Contratos Públicos e o artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto.]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo -quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)

b)

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II -M do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código e

artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (4)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas *b)*, *c)* e *d)* do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II - M
Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos e o n.º 1 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e (quando aplicável) os documentos comprovativos de que cumpriu as obrigações fiscais declarativas cujo conteúdo assume interesse específico para a Região Autónoma da Madeira referidos no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III

Modelo 3

“xxx, titular do CC n.º xxx, com morada xxx, na qualidade de gerente/representante da xxxxx com sede em xxx, capital social xxx, NIF xxx, matriculada na conservatória do registo comercial de xxx, declara que o adjudicatário do Concurso N.º _____, não preenche os pressupostos de incidência, previstos nos artigos 23º, 25º e 26º da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, aprovada pela Lei Orgânica nº 2/2013, de 2 de Setembro.

Data:

Assinatura:

Caderno de Encargos

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE CARGA AÉREA E MARÍTIMA

Ajuste Direto n.º 1SAD20250018

1. Contrato

Não sendo o contrato reduzido a escrito, a nota de encomenda, uma vez emitida, assume idêntico valor jurídico ao do contrato, assim como, as cláusulas patentes no convite e no presente caderno de encargos.

2. Objeto

2.1 O presente procedimento é constituído por 2 lotes e tem por objeto a **prestação de serviços de transporte de carga aérea e marítima entre Portugal Continental e a Região Autónoma da Madeira e entre a Ilha da Madeira e a Ilha do Porto Santo, de acordo com as especificações constantes do presente caderno de encargos.**

→ **Lote 1:** Serviços de transporte de carga aérea entre Portugal continental e a Região Autónoma da Madeira e entre a Ilha da Madeira e a Ilha do Porto Santo;

→ **Lote 2:** Serviços de transporte de carga marítima entre Portugal Continental e a Madeira.

2.2 Os serviços objeto do presente procedimento inserem-se na categoria 60161000-4, descrita como "Serviço de transporte de encomendas", constante do Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (Common Procurement Vocabulary - CPV) instituído pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Novembro de 2002, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 340, de 16 de Dezembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 2151/2003, da Comissão, de 16 de Dezembro de 2003, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 329, de 17 de Dezembro de 2003 (retificada pela Retificação publicada no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 330, de 18 de Dezembro de 2003) e pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de Novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 74, de 15 de Março de 2008.

3. Preço base

O preço base é de **EUR 28.950,00** (vinte e oito mil novecentos e cinquenta euros) isento do imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor, dividido nos seguintes termos:

→ **Lote 1 – Preço total de EUR 23.160,00 (vinte e três mil cento e sessenta euros);**

→ **Lote 2 – Preço total de EUR 5.790,00 (cinco mil setecentos e noventa euros).**

4. Preço contratual

- 4.1.** Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o contraente público pagará ao co-contratante o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
- 4.2.** O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente as despesas inerentes à celebração do contrato, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

5. Revisão de Preços

Em sede do presente contrato não haverá lugar à revisão de preços salvo se for determinado por ato legislativo ou administrativo.

6. Validade do Procedimento

- 6.1** O contrato objeto deste procedimento é **válido pelo período de 2 meses** e produz os seus efeitos a partir da data da sua assinatura e publicitação no portal BASEGOV.
- 6.2** Para efeitos do disposto no número anterior, conta a data da última assinatura quando esta ocorra em datas diferentes.

7. Condições de pagamento

- 7.1** A fatura deverá ser emitida em nome do contraente público, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, deve especificar o número da nota de encomenda e número de compromisso, bem como tem de conter a descrição do objeto (serviço) a que respeita, as quantidades, os preços unitários e o preço total, sob pena de ser liminarmente devolvida.
- 7.2** A faturação deverá ser emitida por via eletrónica, nos termos do artigo 299.º B do Código dos Contratos Públicos, exceto nos casos em que ainda não é legalmente obrigatória. A plataforma utilizada para o efeito pelo SESARAM, EPERAM é a Ilink (disponível em www.ilink.pt).
- 7.3** Sem prejuízo do disposto no número anterior, a fatura também deverá ser enviada em PDF para o correio eletrónico faturacao@sesaram.pt.

- 7.4** O pagamento terá lugar no prazo de 60 (sessenta) dias **após a entrega da respetiva fatura devidamente emitida, designadamente nos termos do número anterior.**
- 7.5** Em caso de incumprimento da obrigação estabelecida no ponto anterior, são devidos juros moratórios nos termos da Lei.
- 7.6** Em caso de discordância por parte do contraente público, quanto aos valores indicados na fatura, deve este comunicar ao co-contratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

8. Obrigações do adjudicatário

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o co-contratante as seguintes obrigações principais:

1. Prestação de serviços 24 horas por dia;
2. Capacidade de resposta no prazo máximo de 24 horas e em casos de extrema urgência, no prazo máximo de 12 horas.
3. Os preços a apresentar já incluirão seguros, taxas na origem e no destino, validações, despesas de dossier e intervenção na origem e no destino;
4. Para o apuramento do peso dos transportes aéreos a faturar, o mesmo deverá ser aferido através da relação entre o peso bruto e o volume de um determinado embarque segundo convenção IATA.
5. Capacidade de garantir o transporte marítimo entre a Madeira e o Porto Santo caso seja solicitado pelo contraente público.
6. O co-contratante terá de proceder mensalmente ao envio do extrato da conta corrente com o contraente público.

9. Penalidades

Sem prejuízo da possibilidade de resolução do contrato pelo contraente público nos termos do disposto nos artigos 333.º do Código dos Contratos Públicos, aplica-se à execução do contrato o disposto nos artigos 325.º e 329.º do Código dos Contratos Públicos, nomeadamente:

- a) Em caso de atraso na prestação dos serviços, o contraente público, notificará o co-contratante para, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, prestar o serviço em falta;
- b) O contraente público aplicará ao co-contratante, por cada dia de atraso, uma multa correspondente a 0,1% do preço contratual;
- c) Todos os danos colaterais que comprovadamente sejam imputados ao co-contratante, ser-lhe-ão debitados pelo contraente público até ao limite de 20% do

preço contratual, sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 329º do Código dos Contratos Públicos.

10. Local e horário de entregas e recolhas

As entregas e recolhas dos bens a transportar serão efetuadas na Subunidade de receção, armazenamento e distribuição de mercadorias do Hospital Dr. Nélcio Mendonça, sito na Av. Luís de Camões, n.º 57, 9004-514 Funchal:

1. Transporte de carga aérea:

- As recolhas deverão ser efetuadas, salvo por motivos urgentes e a pedido do contraente público, de segunda a sexta-feira, das 9H00 às 13H00;
- As entregas deverão ser efetuadas, salvo por motivos urgentes e a pedido do contraente público, de segunda a sexta-feira, das 9H00 às 16H00.

2. Transporte de carga marítima:

- As recolhas e entregas deverão ser efetuadas, salvo por motivos urgentes e a pedido do contraente público, de segunda a sexta-feira, das 9H00 às 16H00.

11. Transporte de incubadoras

11.1 O co-contratante deverá assegurar, quando solicitado pelo contraente público, o transporte aéreo de incubadoras e equipamentos acoplados às mesmas, no trajeto Lisboa-Funchal (peso até 700 kg, dimensões 1,5 m x 0,7 m x 0,6 m), nas seguintes condições:

- Efetuar o correto acondicionamento da incubadora e equipamentos acoplados;
- A recolha do equipamento poderá ter de ser efetuada no aeroporto de Figo Maduro, Humberto Delgado e /ou Montijo;
- Deverá estar incluído o seguro de transporte de todos os equipamentos.

11.2 Após a chegada da incubadora, o co-contratante deverá proceder à sua entrega no Hospital Dr. Nélcio Mendonça, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

12. Transporte de mercadorias consideradas perigosas

O co-contratante deverá assegurar, quando solicitado pelo contraente público, o transporte aéreo de mercadorias consideradas perigosas (v.g. detergentes), nas seguintes condições:

- Efetuar o correto acondicionamento da mercadoria em embalagens especiais certificadas destinadas ao transporte aéreo de mercadorias consideradas perigosas;
- Assegurar o preenchimento de toda a documentação logística inerente ao transporte de mercadoria considerada perigosa junto da entidade onde será efetuada a recolha, nomeadamente o preenchimento a declaração "IMO", de acordo com a ficha de segurança do produto a transportar;

- Deverá estar incluído o custo com as embalagens especiais.

13. Transporte de amostras de material biológico da Classe ONU 6.2 categoria A

O co-contratante deverá assegurar, quando solicitado pelo contratante público, o transporte, em segurança, de amostras de material biológico, da classe 6.2 categoria A, números ONU – UN2814 e UN2900, entre o SESARAM, EPERAM e os destinatários nacionais, nas seguintes condições:

- Efetuar o fornecimento das embalagens que cumpram as especificações correspondentes à classe 6.2 categoria A da ONU, as quais têm de respeitar a instrução de embalamento P620;
- Proceder à colocação de todos os rótulos, marcas e menções necessárias ao transporte das amostras;
- Assegurar o preenchimento de toda a documentação logística inerente ao transporte deste tipo de amostras;
- Deverá estar incluído o custo com as embalagens especiais.

14. Transporte de amostras de material biológico da classe 6.2 da categoria B e de material biológico isento de risco e/ou de risco mínimo

O co-contratante deverá assegurar, quando solicitado, o transporte de amostras de material biológico, da classe 6.2 categoria B, bem como amostras de material biológico isento de risco e/ou de risco mínimo, entre o SESARAM, EPERAM e os destinatários nacionais, nas seguintes condições:

- Efetuar o fornecimento das embalagens que cumpram as especificações correspondentes às classes de material a transportar, as quais têm de respeitar a instrução de embalamento P650 para as amostras da categoria B;
- Proceder à colocação de todos os rótulos, marcas e menções necessárias ao transporte destas amostras.
- Assegurar o preenchimento de toda a documentação logística inerente ao transporte deste tipo de amostras;
- Deverá estar incluído o custo com as embalagens especiais.

15. Transporte de amostras congeladas

O co-contratante deverá assegurar, quando solicitado pelo contratante público, o transporte de amostras de material biológico congelado, da classe 6.2 categoria B, bem como amostras de material biológico isento de risco e/ou de risco mínimo entre o SESARAM, EPERAM e os destinatários nacionais, nas seguintes condições:

- Efetuar o fornecimento das embalagens isotérmicas destinadas ao transporte das amostras, as quais deverão ter pelo menos 4 cm de espessura em cada parede, incluindo a tampa e devem fechar hermeticamente;
- Para o transporte de amostras de pequena dimensão deverão ser utilizadas embalagens de volume igual ou inferior a 5 litros, para o transporte de amostras de maior dimensão deverão ser utilizadas embalagens de volume entre 12 e 15 litros;
- A quantidade de gelo seco sólido a utilizar tem de ser no mínimo de 2 kg, sendo que o co-contratante tem de garantir que as amostras chegam congeladas ao destino;
- Assegurar o preenchimento de toda a documentação logística inerente ao transporte deste tipo de amostras;
- Deverá estar incluído o custo com as embalagens especiais.

16. Resolução do contrato pelo co-contratante

O co-contratante poderá resolver o contrato nos termos previstos no artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos.

17. Resolução do contrato pelo contraente público

17.1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previsto na lei, o contraente público, pode resolver o contrato, a título sancionatório, logo que se verifique o não cumprimento das condições definidas no presente Caderno de Encargos, ou concretamente, quando ocorram quaisquer das seguintes circunstâncias, por razões imputáveis ao co-contratante:

- a) A prestação de serviços se encontre gravemente prejudicada;
- b) O incumprimento, ainda que parcial, da obrigatoriedade de prestação do serviço (quando houver atraso na prestação do serviço ou falta de reposição do bom funcionamento por período superior a trinta dias);
- c) O aumento dos preços em violação do estipulado no ponto 5 deste Caderno de Encargos;
- d) A prática de atos dolosos ou negligentes;
- e) O não cumprimento das obrigações assumidas em todo o articulado do presente Caderno de Encargos.

17.2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao co-contratante.

18. Casos fortuitos ou de força maior

- 18.1.** Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.
- 18.2.** Podem constituir força maior, se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
- 18.3.** Não constituem força maior, designadamente:
- a)** Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaíam;
 - b)** Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - c)** Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
- 18.4.** A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
- 18.5.** A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

19. Proteção de Dados

- 14.1** O cocontratante está obrigado a um dever de confidencialidade e sigilo relativamente a toda a Informação e/ou dados pessoais a que tenha acesso por virtude ou em consequência das relações profissionais que manterá com o SESARAM, EPERAM, devendo assegurar-se de que os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas funções, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais tratados, se encontram eles próprios contratualmente obrigados a sigilo profissional.
- 14.2** O cocontratante não poderá utilizar a informação e/ou os dados pessoais a que tenha acesso, para fins distintos do seu fornecimento/prestação de serviços ao SESARAM, EPERAM, não podendo, transmiti-los a terceiros.

- 14.3** O dever de confidencialidade e as demais obrigações previstas na presente cláusula deverão permanecer em vigor mesmo após o termo das relações profissionais entre o cocontratante e o SESARAM, EPERAM.
- 14.4** Mediante solicitação, por escrito pelo SESARAM, EPERAM, o cocontratante devolverá todos os documentos, registos e cópias que contenham informação e/ou dados pessoais a que tenha tido acesso no âmbito da execução do contrato.
- 14.5** Mesmo que não seja solicitado, no final do contrato o cocontratante deverá proceder à eliminação dos dados pessoais, salvo se outro prazo de conservação se aplicar ao tipo de dados pessoais.
- 14.6** Em caso de perda ou acesso indevido à informação e/ou dados pessoais ou parte deles, o cocontratante notificará imediatamente o SESARAM, EPERAM, sem prejuízo das obrigações que sobre si impendam.

20. Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa, em particular pelo Código dos Contratos Públicos.

21. Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal de Jurisdição Administrativa com sede no Funchal, com expressa renúncia a qualquer outro.

ANEXOS

Anexo IV – Preços propostos

1.	Transporte de carga aérea entre Portugal continental e a Região Autónoma da Madeira (Inclui Ilha da Madeira e Ilha do Porto Santo) e entre a Ilha da Madeira e a Ilha do Porto Santo		
1.1	Transporte de carga aérea entre Portugal continental e a Região Autónoma da Madeira - De Porto/Lisboa para Ilha da Madeira/Ilha do Porto Santo (e vice-versa)	Preço Base	Preço Proposto
1.1.1	Até 10Kg	22,00 €	
1.1.2	De 11 Kg a 20 Kg	38,00 €	
1.1.3	De 21 Kg a 50 Kg	92,00 €	
1.1.4	De 51 Kg a 100 Kg	182,00 €	
1.1.5	De 101 Kg a 200 Kg	365,00 €	
1.1.6	De 201 Kg a 300 Kg	547,00 €	
1.1.7	De 301 Kg a 400 Kg	730,00 €	
1.1.8	Mais de 400Kg (preço a aplicar por Kg taxável)	1,80 €	
1.2	Valor da taxa de recolha na origem e entrega no destino para a Carga Aérea (24h todos os dias)		
1.2.1	Custo total do serviço a realizar dentro do Distrito de Lisboa e Porto	Preço Base	Preço Proposto
1.2.1.1	Dentro horário normal (09h00 às 17h00)	60,00 €	
1.2.1.2	Fora do horário normal (17h01 às 08h59)	100,00 €	
1.2.2	Custo total do serviço a realizar fora do Distrito de Lisboa e Porto	Preço Base	Preço Proposto
1.2.2.1	Dentro horário normal (09h00 às 17h00)	130,00 €	
1.2.2.2	Fora do horário normal (17h01 às 08h59)	170,00 €	
1.3	Transporte carga aérea entre a Ilha da Madeira e ilha do Porto Santo (e vice-versa)	Preço Base	Preço Proposto
1.3.1	Até 30Kg	195,00 €	
1.3.2	De 30 Kg a 50 Kg	212,00 €	
1.3.3	De 50 Kg a 80 Kg	255,00 €	
1.4	Valor da taxa de recolha na origem e entrega no destino para a Carga Aérea (24h todos os dias)		
1.4.1	Custo total do serviço a realizar entre a Ilha da Madeira e ilha do Porto Santo (e vice-versa)	Preço Base	Preço Proposto
1.4.1.1	Dentro horário normal (09h00 às 17h00)	15,00 €	
1.4.1.2	Fora do horário normal (17h01 às 08h59)	20,00 €	

1.4.2	Custo total do serviço a realizar entre a Ilha da Madeira e ilha do Porto Santo (e vice-versa)	Preço Base	Preço Proposto
1.4.2.1	Dentro horário normal (09h00 às 17h00)	15,00 €	
1.4.2.2	Fora do horário normal (17h01 às 08h59)	20,00 €	
1.5	Transporte aéreo de incubadoras e equipamentos acoplados às mesmas (Funchal - Lisboa e vice-versa)	Preço Base	Preço Proposto
1.5.1	Transporte aéreo de incubadoras e equipamentos acoplados (peso até 700kg, com as dimensões 1,5 m x 0,7 m x 0,6 m)	1 260,00 €	
	Outros Serviços e Taxas	Preço Base	Preço Proposto
1.6	Transporte de Mercadorias Perigosas	50,00 €	
1.7	Rede de frio (preço por KG)	0,50 €	
1.8	Gelo seco + embalagem	45,00 €	

ANEXOS

Anexo V – Preços propostos

2.	Transporte de carga marítima entre Portugal continental e a Região Autónoma da Madeira (Inclui Ilha da Madeira e Ilha do Porto Santo) e entre a Ilha da Madeira e a Ilha do Porto Santo		
2.1	Transporte de carga aérea entre Portugal continental e a Região Autónoma da Madeira - De Porto/Lisboa para Ilha da Madeira/Ilha do Porto Santo (e vice-versa)	Preço Base	Preço Proposto
2.1.1	Preço por metro cúbico	60,00 €	
1.2	Valor da taxa de recolha na origem e entrega no destino para a Carga Marítima		
1.2.1	Custo total do serviço a realizar dentro do Distrito de Lisboa e Porto	Preço Base	Preço Proposto
2.2.1.1	Dentro horário normal (09h00 às 17h00)	60,00 €	
2.2.1.2	Fora do horário normal (17h01 às 08h59)	100,00 €	
1.2.2	Custo total do serviço a realizar fora do Distrito de Lisboa e Porto	Preço Base	Preço Proposto
2.2.2.1	Dentro horário normal (09h00 às 17h00)	60,00 €	
2.2.2.2	Fora do horário normal (17h01 às 08h59)	100,00 €	
2.3	Transporte carga aérea entre a Ilha da Madeira e ilha do Porto Santo (e vice-versa)	Preço Base	Preço Proposto
2.3.1	Preço por metro cúbico	55,00 €	
2.4	Valor da taxa de recolha na origem e entrega no destino para a Carga Marítima		
2.4.1	Custo total do serviço a realizar entre a Ilha da Madeira e ilha do Porto Santo (e vice-versa)	Preço Base	Preço Proposto
2.4.1.1	Dentro horário normal (09h00 às 17h00)	20,00 €	
2.4.1.2	Fora do horário normal (17h01 às 08h59)	30,00 €	
2.4.2	Custo total do serviço a realizar entre a Ilha da Madeira e ilha do Porto Santo (e vice-versa)	Preço Base	Preço Proposto
2.4.2.1	Dentro horário normal (09h00 às 17h00)	15,00 €	
2.4.2.2	Fora do horário normal (17h01 às 08h59)	20,00 €	